O JULGAMENTO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO RE 466.343/SP: UM DIVISOR DE ÁGUAS NA ORIENTAÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL-STF COM RELAÇÃO À HIERARQUIA DOS TRATADOS INTERNACIONAIS (DE DIREITOS HUMANOS) NO DIREITO BRASILEIRO E, CONSEQUENTEMENTE, COM RELAÇÃO À PROIBIÇÃO DA PRISÃO CIVIL

SELMA RODRIGUES PETTERLE*

1. CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS SOBRE O PROBLEMA

A orientação do STF no que tange à hierarquia dos tratados internacionais no direito brasileiro, consolidada na década de 70 a partir do paradigmático RE nº 80.004/SE (1978), esteve no sentido de que haveria uma paridade hierárquica entre os tratados internacionais regularmente ratificados¹ pelo Brasil e a legislação infraconstitucional, independentemente da matéria, posicionamento que foi objeto de severas críticas, especialmente com relação aos tratados de direitos humanos, em virtude do § 2º do art. 5º da Constituição Federal de 1988 (CF 88), cláusula que consagra a abertura material do catálogo de direitos fundamentais, que abrange também os tratados internacionais.

O problema referente à forma de incorporação e à hierarquia dos tratados internacionais não é novo, existindo quatro teses doutrinárias sobre a hierarquia dos tratados de direitos humanos: 1ª) hierarquia supraconstitucional²; 2ª) hierarquia constitucional³; 3ª) hierarquia supralegal, mas infraconstitucional; 4ª) paridade

* Mestre e doutoranda em Direito (PUCRS). Professora de Direito Constitucional na FARGS e na Especialização em Direito Público da PUCRS. Engenheira Agrônoma e Advogada.

¹ Observe-se que, neste entendimento jurisprudencial, a regular internalização dos tratados envolvia a sua a celebração pelo Presidente da República, a sua aprovação pelo Congresso Nacional, mediante Decreto Legislativo, e a sua promulgação pelo Presidente da República, mediante Decreto do Executivo (art. 84, inciso VIII e art. 49, inciso I, CF 88)

² MELLO, Celso D. de Albuquerque. O § 2º do art. 5º da Constituição Federal. In: TORRES, Ricardo Logo (Org.). Teoria dos direitos fundamentais. 2 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1999, p. 25.

³ CANÇADO TRINDADE, Antonio Augusto. Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor; vol I, 1999, p. 409. PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e o

hierárquica entre lei e tratado internacional (posição até então adotada pelo STF no referido caso). Tal problemática toma contornos especiais face à Emenda da Reforma do Judiciário (EC nº 45/2004), que estabeleceu, no âmbito do § 3º do art. 5º à CF 88, um procedimento mais reforçado para a incorporação dos tratados sobre direitos humanos⁴, que, interpretado em consonância com o § 2º, assegura aos direitos consagrados nos tratados internacionais “a condição de direitos formal e materialmente constitucionais (e fundamentais) aos direitos consagrados no plano das convenções internacionais”.⁵

Para compreensão da matéria parece oportuno retomar caso concreto sob exame no RE 80.004/SE, enquanto fonte do direito constitucional, julgamento que envolveu a Lei Uniforme de Genebra, Convenção internacional regularmente ratificada pelo Brasil, que dá tratamento uniforme à letra de câmbio e à nota promissória e o Decreto-Lei 427/1969 (posteriormente revogado), que instituiu o registro obrigatório das notas promissórias em repartição fazendária, sob pena de nulidade do título de crédito. No caso, houve sentença que julgou o autor carecedor de Ação Ordinária de Cobrança (ajuizada contra o avalista), porque sendo nulo o título (já que sem registro na fazenda pública), não subsistia a obrigação do avalista, decisão que foi reformada em segundo grau de jurisdição ordinária, por Acórdão que julgou procedente a ação, fundamentando a decisão no sentido de que a falta de registro do título, por si só, não o invalida, permanecendo a responsabilidade do avalista, pela vias ordinárias. O STF, em jurisdição extraordinária, e por maioria de votos (vencido o Relator, o Ministro Xavier de Albuquerque, que votou pelo primado dos tratados em relação à legislação infraconstitucional), conheceu e deu provimento ao recurso extraordinário, para reconhecer a nulidade do título, por ausência de registro na repartição fazendária.

Em que pese a expressa cláusula de abertura material do catálogo de direitos fundamentais, tal posição do STF (de que os tratados internacionais são incorporados ao direito interno no mesmo nível hierárquico das leis) só foi superada por nova construção hermenêutica da Corte, pós EC 45/2004, a partir do julgamento do RE 466.343/SP, quando passou a adotar a tese da supralegalidade dos tratados internacionais que versem sobre direitos humanos, quando do julgamento do RE 466.343/SP, finalizado pelo Pleno na sessão de julgamento do dia 03.12.2008, novo caso paradigmático nessa seara, quando o Tribunal julgou, conjuntamente, outros casos concretos igualmente envolvendo prisão civil⁶.

Direito Constitucional Internacional. São Paulo: Max Limonad, 1996, p. 90. SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998, p. 85.

⁴ O Decreto Legislativo 186, de 09.07.2008, publicado no D.O.U. de 10.07.2008, que aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo (ONU), foi o primeiro aprovado por este novo rito, mais reforçado.

⁵ SARLET, Ingo Wolfgang. Direitos fundamentais, reforma do judiciário e tratados internacionais de direitos humanos. In: CLEVE, Clemerson Merlin, SARLET, Ingo Wolfgang, PAGLIARINI, Alexandre Coutinho (Coord.). Direitos Humanos e Democracia. Rio de Janeiro, Renovar, 2007, p. 343, 347. SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais. 9 ed. rev. atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008, p. 143.

⁶ RE 349.703/RS, HC 87.585/TO e HC 92 566/SP.

2. O VOTO DO MINISTRO GILMAR MENDES NO RE 466.343/SP: TESE DA SUPRALEGALIDADE

No caso concreto julgado, o Pleno do STF analisou as razões do recorrente, Banco Bradesco S.A., que se insurgiu contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Apelação nº 791031-0/7) que negou provimento ao recurso da instituição financeira, reconhecendo a inconstitucionalidade da prisão civil em contratos de alienação fiduciária em garantia, em virtude da norma consagrada no art. 5º, inciso LXVII, da CF 88.

O Ministro Gilmar Mendes, após o voto do Ministro Relator, Cezar Peluso (que negava provimento ao recurso), passa a analisar o tema, sustentando a necessidade de revisitar criticamente a anacrônica tese da paridade hierárquica entre tratado e lei (legalidade ordinária dos tratados sobre direitos humanos) até então sustentada pelo STF, assumindo “postura jurisdicional mais adequada às realidades emergentes em âmbitos supranacionais, voltadas primordialmente à proteção do ser humano”, mudando a orientação da jurisprudência da Corte no que se refere à hierarquia dos tratados internacionais sobre direitos humanos no direito brasileiro, face à “abertura cada vez maior do Estado constitucional a ordens jurídicas supranacionais de proteção de direitos humanos”, como é o caso da Constituição brasileira (art. 4º; art. 5º, § 2º, § 3º e § 4º).

Após a análise da norma constitucional proibitiva da prisão civil em face dos tratados internacionais que versam sobre direitos humanos, o Ministro Gilmar Mendes, com base nos fundamentos e seguir expostos, afirmou, primeiramente, que a tese que consubstancia a legalidade ordinária dos tratados de direitos humanos não somente viola os princípios constantes na Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, de 1969 (isso na medida em que acaba por permitir ao Estado o descumprimento unilateral de um acordo internacional), como também é incompatível com o desenvolvimento do constitucionalismo contemporâneo, justamente em face do caráter especial desses tratados dentro do sistema de proteção dos direitos da pessoa humana, e até mesmo porque há que dar efetividade à proteção destes direitos no plano interno e no plano internacional. Ressalta que a tese da supralegalidade dos tratados internacionais de direitos humanos, inclusive já levantada pelo Ministro Sepúlveda Pertence⁷ e sustentada pelo próprio STF em tempos mais longínquos⁸, é a tese mais consentânea com a proteção e a promoção da dignidade da pessoa humana e dos direitos fundamentais. Põe em evidência, ainda, a incongruência de reconhecer o caráter hierarquicamente superior dos tratados sobre matéria tributária (em virtude da norma expressa no art. 98 do Código Tributário Nacional) e rechaçar uma hierarquia diferenciada no que tange aos tratados de direitos humanos, admitindo, ao fim e ao cabo, que a legislação ordinária possa suspender os efeitos dos tratados sobre direitos humanos, de inequívoco caráter especial!

⁷ A tese da supralegalidade foi aventada pelo Ministro Relator do RHC nº 79.785/RJ, Ministro Sepúlveda Pertence, na sessão do dia 29.03.2000.

⁸ O STF já adotou a tese do primado do direito internacional sobre o direito interno, a exemplo do julgamento da Apelação Cível nº 7.872/RS (1943) e Apelação Cível nº 9.587/DF (1951).

Nesse contexto, embora a excepcional autorização constitucional para prisão civil do depositário infiel (art. 5º, LXVII) não tenha sido revogada pelos tratados internacionais nessa seara, isso em virtude da Supremacia da Constituição, esta norma constitucional “deixou de ter aplicabilidade diante do efeito paralisante desses tratados em relação à legislação infraconstitucional que disciplina a matéria” no caso brasileiro, o Decreto Legislativo nº 27/92 que aprovou a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica, art. 7º, nº 7: Ninguém deve ser detido por dívidas. Este princípio não limita os mandados de autoridade judiciária competente expedidos em virtude de inadimplemento de obrigação alimentar) e, igualmente sem reservas, o Decreto Legislativo nº 226/91 que aprovou o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (art. 11: Ninguém poderá ser preso apenas por não poder cumprir com uma obrigação contratual)⁹. Assim, os tratados internacionais vigentes acabam por paralisar os efeitos da legislação infraconstitucional em sentido contrário, o que significa dizer que no Brasil não há mais base legislativa para que seja decretada prisão civil¹⁰, salvo, ressalte-se, a legislação infraconstitucional relativa à prisão civil do responsável pelo inadimplemento, voluntário e inescusável, de obrigação alimentícia¹¹, nos termos da exceção constante na norma constitucional, igualmente excepcionada nos referidos tratados internacionais.

Analisa-se também, no voto, o instituto da prisão civil do devedor fiduciante à luz princípio da proporcionalidade, concluindo-se pela sua inconstitucionalidade, já que há outros meios processuais menos restritivos de direitos fundamentais postos à disposição do credor-fiduciário (ação de execução, ação de reivindicação de posse, ação de reintegração de posse, por exemplo), não se justificando uma medida legislativa de extrema coerção como a da prisão civil, excessos de poder legislativo que acabaram por violar princípio da proporcionalidade na sua vertente da proibição de proteção excessiva. Agrega-se, ainda, toda a discussão em torno de saber se a ficção jurídica instituída através do Decreto-Lei nº 911/69 (equiparação do devedor fiduciante ao depositário) não estaria criando uma figura atípica de depósito, “desfigurando o instituto do depósito em sua conformação constitucional, o que perfaria a violação ao princípio da reserva legal proporcional”. Assim, ainda que, por hipótese, o Brasil não tivesse ratificado os tratados internacionais proibindo a prisão por dívida, ainda assim é possível sustentar que, no caso específico da alienação fiduciária em garantia, não está presente a figura do depositário, o que também está a indicar o seu descabimento.

A tese da supralegalidade dos tratados internacionais sobre direitos humanos¹²,

⁹ O Decreto Executivo nº 678/92 promulgou a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica) e o Decreto Executivo nº 592/92 promulgou o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos.

¹⁰ Em virtude deste novo entendimento do STF, bloqueados estão, portanto, os efeitos da legislação infraconstitucional que autoriza qualquer prisão civil, a exemplo, dentre outros, do art. 66 da Lei do Mercado de Capitais e Instituto da Alienação Fiduciária, Lei 4.728/65, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 911 de 1969, objeto específico do caso concreto em análise.

¹¹ Art. 19 da Lei nº 5.478, de 25 de julho de 1968, que dispõe sobre a Ação de Alimentos; e §1º do art. 733 do Código de Processo Civil, que dispõe sobre a execução de alimentos pelo rito da prisão civil.

¹² RE 466.343/SP, julgamento finalizado na sessão do dia 03.12.2008, quando o Pleno, em votação unânime, negou provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, Ministro Cezar Peluso, votando o

como examinado, foi capitaneada pelo voto do Ministro Gilmar Mendes, no que foi acompanhado pela maioria dos membros da Corte, delineando-se, de outra banda, uma segunda tese, minoritária, a tese da constitucionalidade dos tratados internacionais sobre direitos humanos, que será examinada sucintamente a seguir.

3. O VOTO DO MINISTRO CELSO DE MELLO NO RE 466.343/SP: TESE DA CONSTITUCIONALIDADE

Diante da crescente internacionalização dos direitos humanos e da incorporação, ao direito positivo interno, do Pacto de São José da Costa Rica e do Pacto de Direitos Civis e Políticos, impõem-se, para o Ministro Celso de Mello, algumas reflexões, especialmente a de saber, face às normas constantes no art. 11 deste e no art. 7º, nº 7 daquele, se subsistiriam, ou não, os efeitos da legislação infraconstitucional interna que trata da prisão civil do depositário infiel, assim como o de averiguar a constitucionalidade, ou não, da equiparação do devedor fiduciante ao depositário.

No plano constitucional, está consagrada a proibição de prisão civil por dívida, norma que contempla a “possibilidade de o legislador comum, em duas hipóteses - (a) inadimplemento de obrigação alimentar e (b) infidelidade depositária -, limitar o alcance da vedação constitucional pertinente à prisão civil”, ou seja, a Constituição estabelece quais são as possíveis exceções à norma proibitiva (exceções estas que podem sofrer mutações), não instituindo o excepcional instrumento processual de coerção pessoal, mas apenas autorizando que a lei venha a fazê-lo.

Nesse contexto normativo, e especialmente considerando a norma de abertura constante no § 2º da CF 88, assim como a prevalência dos direitos humanos (art. 4º, inciso II), sustenta que resulta evidente que “o direito de não sofrer prisão por dívida” (art. 5º, inciso LXVII) decorre tanto da norma constitucional quanto das mencionadas normas internacionais, que, no plano da proteção e promoção dos direitos básicos da pessoa humana, desempenham um papel de significativa e inegável importância.

Reavaliando posicionamento anterior (em que conferiu aos tratados internacionais, independentemente da matéria tratada, uma posição juridicamente equivalente à das leis ordinárias), passa a compartilhar, a partir deste julgamento, da posição doutrinária¹³ que sustenta a tese da hierarquia constitucional dos tratados internacionais que versam sobre direitos humanos¹⁴, ainda que esses tratados tenham sido celebrados

Presidente, Ministro Gilmar Mendes, cujo inteiro teor ainda não foi publicado. Acompanham a tese da supralegalidade dos tratados internacionais de direitos humanos os Ministros Carlos Ayres Britto, Cármen Lúcia Antunes Rocha, Carlos Alberto Menezes Direito, Ricardo Lewandowski.

¹³ Cf. TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos, 2. ed., 2003, Fabris, vol. I/513, item nº 13, 2. ed., 2003. PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional, 7. ed., Saraiva, 2006, p. 51/77. LAFER, Celso. A Internacionalização dos Direitos Humanos: Constituição, Racismo e Relações Internacionais, Manole, 2005, p. 15/18, MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Curso de Direito Internacional Público, 2. ed., RT, 2007, item nº 8, p. 682/702. RESEK, Francisco. Direito Internacional Público – Curso Elementar, 10. ed, 3ª tir., 2007, Saraiva, item n. 50, p. 101/103. TAVARES, André Ramos. Reforma do Judiciário no Brasil pós-88: (Des)estruturando a Justiça, Saraiva, 2005, item n. 3.2.2.5, p. 47/48.

¹⁴ Adverte que o novo entendimento aplica-se unicamente aos tratados de direitos humanos, ou seja, aos tratados internacionais que versem sobre matéria estranha ao tema dos direitos humanos permanece a tese da paridade hierárquica com a lei.

antes da introdução da “cláusula da equivalência”¹⁵, que é o caso do Pacto de São José da Costa Rica, que se reveste de “caráter materialmente constitucional, compondo, sob tal perspectiva, a noção conceitual de bloco de constitucionalidade.” Assim sendo, frente a esta nova construção hermenêutica¹⁶, que confere maior efetividade ao sistema de proteção dos direitos humanos, reconhece que o Decreto-Lei 911/69, na parte em que remete ao CPC para admitir a prisão civil do devedor fiduciante, não foi recepcionado, em virtude da incompatibilidade material superveniente com a CF 88.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relembre-se, nesse contexto, a divergência instaurada entre o STF e Superior Tribunal de Justiça, em torno de saber se a prisão civil poderia, ou não, ser decretada no caso dos contratos de alienação fiduciária em garantia, tendo como caso paradigmático, no STJ, o julgamento do Recurso Especial RESP 149.518/GO, no ano de 2000, quando restou reconhecido o descabimento da prisão civil, em virtude dos tratados internacionais regularmente ratificados pelo Brasil, assim como pela descaracterização do contrato de depósito, tese não partilhada, à época, pelo STF, que tem a última palavra em matéria de controle de constitucionalidade, que permaneceu, até o julgamento deste RE 466.343/SP, afirmando não somente a recepção do Decreto-Lei 911/69 pela CF 88 como também a constitucionalidade da equiparação do devedor fiduciário ao depositário infiel, inclusive reformando as decisões do STJ em sentido contrário¹⁷.

Indubitavelmente, há o que comemorar com a superação, pelo STF, da tese da paridade hierárquica dos tratados internacionais de direitos humanos em relação à legislação interna, que permaneceu sendo adotada por este Tribunal após duas décadas da promulgação da CF 88. Todavia, não parece que seria necessário o advento da EC 45/2004 para que ocorresse tal mudança de orientação da Corte, o que está a indicar que, por vezes, muitas reflexões críticas em torno de temas tão cruciais à própria condição da pessoa humana são estimuladas, de forma mais eficaz, somente a partir de texto normativo expresso, o que, em se tratando de Corte da mais alta hierarquia da Justiça brasileira, não é muito alentador.

De outra banda, uma série de problemas outros se descortinam com essa mudança da jurisprudência, seja no que tange à interlocução entre as diversas fontes, isso antes e depois da Emenda 45/2004, e antes e depois do julgamento do RE 466.343/SP, a exemplo do ato de promulgação do tratado internacional sobre direitos humanos, se seria obrigatório ou não (Decreto do Executivo, dentro da sistemática até então adotada), ou aplicar-se-ia o disposto no § 3º do art. 60 da CF 88. Mais especificamente, com relação à proibição de prisão civil do depositário infiel, se o novo entendimento

¹⁵ § 3º do art 5º da CF 88, acrescido pela EC 45/2004, norma que confere, aos tratados de direitos humanos, hierarquia formal e materialmente constitucional.

¹⁶ Aqui destaca a evolução da jurisprudência, desde a década de 40 e 50, que reconhecia superioridade hierárquica dos tratados internacionais em face da legislação interna brasileira (Apelação Civil 7.872/RS, e 9.587/DF), posição jurisprudencial que foi sensivelmente alterada a partir da década de 70, quando a Corte consagrou a tese da paridade hierárquica entre tratado e lei, ora em exame e reavaliação pelo STF.

¹⁷ A exemplo dos julgados das Turmas, os RE 345.345/SP, RE 344.585/RS, RE 280.398/GO e dos julgados do Pleno, HC 81.319/GO, HC 72.131/RJ, RE 206.482/SP.

do STF se aplicaria ao depositário *judicial* infiel, ao que, pelo teor dos demais casos julgados na mesma sessão de julgamento^{18 19}, em especial o HC 92.566/SP²⁰, o STF respondeu positivamente, restando vencido, nesta parte, o Ministro Carlos Alberto Menezes Direito.

Além do questionável enquadramento do depositário judicial no âmbito de uma proibição de prisão civil por *dívida*, já que se trata de *munus* público de natureza jurídica completamente diferenciada, se por um lado parece não encontrar enquadramento à luz da norma que preconiza que nenhuma pessoa poderá ser presa *apenas* por não poder cumprir com *obrigação contratual* (nos termos do art. 11 do Pacto de Direitos Cíveis e Políticos) por outro, é, no mínimo, de duvidoso enquadramento na norma que preceitua que ninguém deve ser detido por *dívidas*, princípio que não limita expedição de mandados por autoridade judiciária competente, em virtude do inadimplemento de obrigação alimentar (art. 7º, nº 7 do Pacto de São José da Costa Rica), tema há de ser analisado também à luz do direito fundamental à tutela judicial efetiva (e dentro de um prazo razoável), o que, à guisa de uma problematização do tema, pode estar indicando uma proteção aquém de um mínimo de proteção que seria exigível no plano processual, o que significa que o novo entendimento do STF poderá representar, no caso específico do depositário *judicial*, uma possível violação do princípio da proporcionalidade, sob o viés da proibição de proteção insuficiente.

¹⁸ No julgamento do RE 349.703/RS, cujo acórdão será redigido pelo Ministro Gilmar Mendes, o STF, por maioria, negou provimento ao recurso extraordinário interposto pelo Banco Itaú S.A., vencidos os Ministros Moreira Alves e Sydney Sanches (que não mais integram a corte, por motivo de aposentadoria), que dele conheciam e lhe davam provimento. Não participaram da votação os Senhores Ministros Joaquim Barbosa, licenciado, Carlos Britto e Cezar Peluso por sucederem os Ministros Moreira Alves, Ilmar Galvão e Sydney Sanches, respectivamente. No caso, o STF negou provimento ao recurso da instituição financeira, que se insurgiu contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (Apelação em Ação de Depósito, AC 598156263, julgada pela 13ª Câmara Cível do TJRS em 18.11.1999), que, dentre outros aspectos, entendeu pelo não cabimento da prisão civil, já que, após a CF 88, esta só é admissível na hipótese de depósito para guarda de bem alheio, e não em casos de depósito de garantia, como acontece nos contratos de alienação fiduciária, por ter sido retirada do legislador ordinário a possibilidade de equiparações.

¹⁹ No julgamento do HC 87.585/TO, sob relatoria do Ministro Marco Aurélio, o STF, por unanimidade, concedeu a ordem de *habeas corpus* para depositário infiel, nos termos do voto do Relator, votando o Presidente, Ministro Gilmar Mendes, prevalecendo a tese do *status* de supralegalidade do Pacto de São José da Costa Rica, nos termos do Voto do Ministro Gilmar Mendes no julgamento do RE 466.343/SP, vencidos, neste ponto, os Ministros Celso de Mello, Cezar Peluso, Ellen Gracie e Eros Grau (sustentando a tese da hierarquia constitucional do Pacto) e abstendo-se, quanto a esta questão, o Ministro Marco Aurélio (Informativo 531 do STF: “a circunstância de o Brasil haver subscrito o Pacto de São José da Costa Rica, que restringe a prisão civil por dívida ao descumprimento inescusável de prestação alimentícia (art. 7º, 7), conduz à inexistência de balizas visando à eficácia do que previsto no art. 5º, LXVII, da CF.”)

²⁰ No julgamento do HC 92 566/SP, sob relatoria do Ministro Marco Aurélio, o STF, por maioria, concedeu a ordem de *habeas corpus* a depositário judicial infiel, revogando a Súmula 619, vencido o Ministro Carlos Alberto Menezes Direito “que denegava a ordem por considerar que o depositário judicial teria outra natureza jurídica, apartada da prisão civil própria do regime dos contratos de depósitos, e que sua prisão não seria decretada com fundamento no descumprimento de uma obrigação civil, mas no desrespeito ao *munus* público.” (Informativo nº 531 do STF).